

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

PROFESSOR LICENCIADO DE PROCESSO CIVIL DA FACULDADE DE DIREITO DA UFC

MESTRE (UFC) E LIVRE DOCENTE (UVA) DE DIREITO PÚBLICO

MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ALGUNS ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO



A IDÉIA DE CONTROLE
DOS ATOS DO PODER ESTATAL
E OUTROS ESTUDOS



FORTALEZA-CEARÁ

2009

Copyright © 2009 by
Napoleão Nunes Maia Filho

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Só para ver-te agora são os meus olhos (2003)

Socorro Torquato, pintura sobre cerâmica (30cm Ø)

A artista plástica Socorro Torquato, que assina os seus trabalhos como Côca, nasceu em Parambu, Sertão dos Inhamuns, Ceará. De 1992 para cá, tem exposto trabalhos em várias Capitais do Nordeste e, bem assim, em Portugal e na França. Ceramista e escultora, filia-se artisticamente ao Movimento Armorial, lançado pelo escritor paraibano Ariano Suassuna, em meados da década de 70, em Recife, Pernambuco.

REVISÃO

O Autor

PROJETO GRÁFICO/CAPA

Carlos Alberto Alexandre Dantas

FICHA CATALOGRÁFICA

Regina Maria da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M 217a Maia Filho, Napoleão Nunes
 Alguns estudos de direito público; a idéia de controle
 dos atos do poder estatal e outros estudos. / Napoleão
 Nunes Maia Filho. – Fortaleza: Impreco, 2009.
 206p.

Direito Público – Brasil 2. Direito Constitucional –
 Brasil. 3. Direito Administrativo – Brasil. I. Título.

CDD: 347.81
 342.81
 350

Índice para Catálogo Sistemático:

1. Direito Público – Brasil 347.81
2. Direito Constitucional – Brasil 342.81
3. Direito Administrativo 350

Nº	DATA
37590	2010/11/15

SUMÁRIO

ESTUDO I

SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO E CONTROLE DAS DECISÕES JUDICIAIS

1	BREVE INTRODUÇÃO	17
2	FUNDAMENTOS POLÍTICOS DA SUPREMACIA CONSTITUCIONAL	19
3	CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	22
4	A SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO E O CONTROLE DAS DECISÕES JUDICIAIS	25
5	RELAÇÕES JURÍDICAS CONTINUATIVAS E ALTERAÇÕES CONSTITUCIONAIS POSTERIORES.....	39
	BIBLIOGRAFIA	42

ESTUDO II

BREVÍSSIMA RESENHA HISTÓRICA SOBRE O CONTROLE DO PODER ESTATAL

1	HISTORICIDADE DA IDÉIA DE CONTROLE DOS ATOS DO PODER ESTATAL	47
2	DIREITOS SUBJETIVOS E CLÁUSULAS ESCRITAS	57

3	GARANTIAS FORMAIS E SEPARAÇÃO DE PODERES	64
4	PODER JUDICIÁRIO: JURISDIÇÃO E PROCESSO	68
	BIBLIOGRAFIA	73

ESTUDO III

LIMITES DA APLICAÇÃO JUDICIAL DA DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

1	BREVE INTRODUÇÃO	77
2	PEQUENA SÍNTESE DA CHAMADA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	80
3	SUMÁRIO DA EVOLUÇÃO NORMATIVA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	89
4	LIMITES DA APLICAÇÃO JUDICIAL DA DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	94

ESTUDO IV

AS DECISÕES DAS CORTES DE CONTAS E A AÇÃO POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

1	BREVE INTRODUÇÃO	103
2	OS INDÍCIOS DE EXISTÊNCIA DO ATO ÍMPROBO E O DIREITO DE AGIR NA AÇÃO DE IMPROBIDADE	105

3	A MATERIALIDADE DO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	112
4	AS DECISÕES DAS CORTES DE CONTAS E A EXISTÊNCIA DE ATO DE IMPROBIDADE	118
5	A CONDIÇÃO ESPECÍFICA DA AÇÃO E A PUNIBILIDADE DOS ATOS ÍMPROBOS	122
	BIBLIOGRAFIA	131

ESTUDO V

ESBOÇO DE SÍNTESE HISTÓRICA DA EVOLUÇÃO DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS

1	AS FASES HISTÓRICAS E SUCESSIVAS DO CONCEITO DE PRINCÍPIOS JURÍDICOS	137
1.1	A Fase Jusnaturalista	139
1.1.1	<i>Os chamados primeiros princípios</i>	143
1.1.2	<i>A importância dos brocardos jurídicos</i>	146
1.1.3	<i>A era dos princípios gerais de Direito</i>	149
1.2	A Fase Juspositivista Intermediária	158
1.2.1	<i>A racionalidade juspositivista</i>	164
1.2.2	<i>O juspositivismo e a Legalidade</i>	170
1.2.3	<i>O legalismo e a Ciência do Direito</i>	175
1.3	A Fase Atual ou Pós-Positivista	180
1.3.1	<i>Retorno ao jusnaturalismo?</i>	182
1.3.2	<i>O positivismo interpretado</i>	189
	BIBLIOGRAFIA	194
	BIBLIOGRAFIA GERAL	197